

## **Demonstrações Financeiras**

### **Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto**

**31 de dezembro de 2025  
com Relatório do Auditor Independente**

## Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

### Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

#### Índice

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....1**

#### **Demonstrações financeiras**

Demonstração do resultado .....	3
Demonstração do resultado abrangente.....	4
Demonstração dos fluxos de caixa .....	5
Balanço patrimonial .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	7

#### **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

1. Informações sobre a Companhia .....	8
2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis materiais .....	9
3. Receita operacional líquida .....	11
4. Custos e despesas .....	13
5. Resultado financeiro.....	13
6. Imposto de renda e contribuição social.....	14
7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras .....	16
8. Depósitos bancários vinculados .....	17
9. Contas a receber e outros recebíveis .....	17
10. Intangível e ativo de contrato .....	18
11. Fornecedores e outras contas pagar .....	21
12. Empréstimos e financiamentos .....	22
13. Debêntures.....	23
14. Provisão para perdas com causas judiciais .....	25
15. Patrimônio líquido .....	27
16. Gerenciamento de capital .....	28
17. Instrumentos financeiros .....	29
18. Partes relacionadas .....	34
19. Seguros.....	35
20. Compromissos .....	35
21. Transações não envolvendo caixa.....	35

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da  
Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas Cuiabá S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 27 de março de 2026

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Manoel P. da Silva  
Contador  
CRC nº 1 SP 205664/O-2

**Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos  
de Água e Esgoto**



**Demonstração do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais**

	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Receita operacional líquida	3	658.242	560.624
Custo dos serviços prestados	4	(443.707)	(367.990)
<b>Lucro bruto</b>		<b>214.535</b>	<b>192.634</b>
<b>Despesas e outras receitas operacionais</b>			
Despesas administrativas e gerais	4	(74.048)	(73.097)
Outras receitas líquidas		4.033	125
		<b>(70.015)</b>	<b>(72.972)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro líquido</b>		<b>144.520</b>	<b>119.662</b>
Receitas financeiras	5	21.135	22.341
Despesas financeiras	5	(127.230)	(130.843)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(106.095)</b>	<b>(108.502)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>38.425</b>	<b>11.160</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	6	(3.599)	(2.879)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	(5.428)	572
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>29.398</b>	<b>8.853</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos  
de Água e Esgoto**



**Demonstração do resultado abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>29.398</b>	<b>8.853</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>29.398</b>	<b>8.853</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais**

	Nota	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>38.425</b>	<b>11.160</b>
<b>Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa:</b>			
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	4	5.687	6.021
Depreciação e amortização	4	77.977	76.008
Baixa de intangível, ativo de direito de uso e passivo de arrendamento		8	(68)
Provisão para perdas com causas judiciais	14	708	90
Encargos e variações monetárias, líquidos		105.634	108.340
		<b>228.439</b>	<b>201.551</b>
Variações em:			
Contas a receber e outros recebíveis		(26.616)	(3.857)
Impostos e contribuições a recuperar		(1.154)	381
Outros ativos		(6.752)	221
Fornecedores e outras contas a pagar		25.810	2.613
Outras obrigações		60	(14)
Obrigações fiscais		(3.916)	3.699
<b>Caixa gerado pelas operações</b>		<b>215.871</b>	<b>204.594</b>
Juros recebidos sobre atualização do contas a receber e outros recebíveis		4.576	4.831
Impostos de renda e contribuição social pagos		(3.956)	(3.331)
Juros pagos de empréstimos, debêntures e arrendamento		(75.788)	(77.700)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>140.703</b>	<b>128.394</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisições de ativos imobilizado		(339)	(568)
Aquisições de ativo intangível e ativo de contrato	10 e 21 a.	(199.620)	(167.421)
Depósitos bancários vinculados		52.783	(16.105)
Aplicações financeiras		-	1
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(147.176)</b>	<b>(184.093)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamentos de empréstimos e arrendamento		(88.930)	(67.342)
Adiantamento para futuro aumento de capital	15 a.	142.321	124.569
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		-	(34)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>53.391</b>	<b>57.193</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>46.918</b>	<b>1.494</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	7	8.085	6.591
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	7	<b>55.003</b>	<b>8.085</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto



Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
Em milhares de reais

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	55.003	8.085	Fornecedores e outras contas a pagar	11	82.146	58.606
Depósitos bancários vinculados	8	59.009	55.960	Fornecedores - risco sacado	11	4.339	2.884
Contas a receber e outros recebíveis	9	84.949	59.411	Empréstimos e financiamentos	12	40.107	37.000
Impostos e contribuições a recuperar		4.315	2.897	Passivo de arrendamento		2.511	2.289
Outros ativos		15.756	9.004	Debêntures	13	73.199	67.060
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>219.032</b>	<b>135.357</b>	Obrigações fiscais		6.611	10.527
<b>Não circulante</b>				Imposto de renda e contribuição social a pagar		3	360
<b>Realizável a longo prazo</b>				Outras obrigações		10.784	10.515
Depósitos bancários vinculados	8	-	48.706	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>219.700</b>	<b>189.241</b>
Contas a receber e outros recebíveis	9	33	67	<b>Não circulante</b>			
Impostos e contribuições a recuperar		1.854	2.118	Fornecedores e outras contas a pagar	11	34.357	17.538
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	52.649	58.077	Empréstimos e financiamentos	12	261.615	291.096
Outros ativos		10.137	10.137	Passivo de arrendamento		1.061	967
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>64.673</b>	<b>119.105</b>	Debêntures	13	669.648	689.747
Imobilizado		1.635	1.792	Provisão para perdas com causas judiciais	14	3.783	3.075
Ativos de direito de uso		3.488	3.207	Outras obrigações		-	209
Intangível e ativo de contrato	10	1.569.918	1.429.275	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>970.464</b>	<b>1.002.632</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.639.714</b>	<b>1.553.379</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>1.190.164</b>	<b>1.191.873</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.858.746</b>	<b>1.688.736</b>	<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social	15 a.	657.618	597.118
				Adiantamento para futuro aumento de capital	15 a.	114.821	33.000
				Prejuízos acumulados		(103.857)	(133.255)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>668.582</b>	<b>496.863</b>
				<b>Total patrimônio líquido e passivo</b>		<b>1.858.746</b>	<b>1.688.736</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2024</b>	15	<b>505.549</b>	-	<b>(142.108)</b>	<b>363.441</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	124.569	-	124.569
Conversão de AFAC em capital		91.569	(91.569)	-	-
Lucro Líquido do exercício		-	-	8.853	8.853
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	15	<b>597.118</b>	<b>33.000</b>	<b>(133.255)</b>	<b>496.863</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	15 a.	-	142.321	-	142.321
Conversão de AFAC em capital	15 a.	60.500	(60.500)	-	-
Lucro Líquido do exercício		-	-	29.398	29.398
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	15	<b>657.618</b>	<b>114.821</b>	<b>(103.857)</b>	<b>668.582</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

---

## 1. Informações sobre a Companhia

### 1.1. Informações gerais

A Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto (“Companhia”) é uma sociedade por ações com sede na Avenida Gonçalo Antunes de Barros, nº 3.196, no município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

A Companhia é controlada diretamente pela Iguá Saneamento S.A., que integra um grupo econômico dedicado à prestação de serviços de saneamento básico no Brasil.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para emissão pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2026.

### 1.2. Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 31 de janeiro de 2012 com o propósito específico de prestar serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, no âmbito do contrato de concessão firmado com o Poder Concedente em 17 de fevereiro de 2012.

O contrato de concessão tem prazo de vigência até o ano de 2050 e estabelece as condições para prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, bem como coleta e tratamento de esgoto, incluindo metas de expansão da cobertura dos serviços, indicadores operacionais e mecanismos de revisão e reajuste tarifário.

No âmbito desse contrato, a Companhia é responsável pela realização dos investimentos necessários à expansão e manutenção da infraestrutura de saneamento, bem como pela operação e gestão do sistema, sendo remunerada principalmente por meio das tarifas cobradas dos usuários dos serviços.

### 1.3. Continuidade operacional

A Companhia monitora continuamente sua posição financeira, estrutura de capital e projeções de fluxo de caixa com base no plano de negócios aprovado pela Administração, que contempla as premissas operacionais, regulatórias e de investimentos previstas no contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$668 (R\$53.884 em 31 de dezembro de 2024), situação decorrente, principalmente, da estrutura de financiamento do projeto e da classificação contábil de parcelas da dívida de longo prazo no passivo circulante. Essa dinâmica é compatível com o estágio de desenvolvimento da concessão e com o perfil de geração de caixa esperado para o negócio.

Com base nas projeções atualizadas de fluxo de caixa, na estrutura de financiamento existente e no suporte financeiro de seus acionistas quando necessário, a Administração concluiu que a Companhia possui recursos suficientes para honrar seus compromissos no curso normal de suas operações. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

## **2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis materiais**

### **2.1. Base de elaboração**

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando requerido de forma diversa pelas normas aplicáveis, e são apresentadas em milhares de reais.

A Companhia possui um único segmento operacional, correspondente à prestação de serviços de saneamento básico no âmbito do contrato de concessão.

### **2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025**

A Companhia avaliou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma).

- Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
- Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial;
- Alterações ao OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO<sub>2</sub>e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

As alterações trazidas acima não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

### **2.3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

## Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

Pronunciamento	Descrição	Aplicação
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	01/01/2026
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa	01/01/2026
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	01/01/2026
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027

A Companhia deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Em relação as demais normas contidas na tabela acima não é esperado impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

#### Reforma tributária

Em 2025 foi promulgada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil. A nova legislação estabelece a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”), de competência federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”), de competência compartilhada entre estados e municípios, os quais substituirão gradualmente tributos atualmente incidentes sobre o consumo, como PIS, COFINS, ICMS, ISS e, parcialmente, o IPI. A legislação também instituiu o Imposto Seletivo (“IS”), aplicável a determinados bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, não abrangendo os serviços de saneamento básico. O período de transição para o novo sistema tributário ocorrerá entre 2026 e 2032, durante o qual os tributos atualmente vigentes coexistirão com a CBS e o IBS, de forma progressiva.

A Administração acompanha a evolução da regulamentação da reforma tributária e vem conduzindo análises preliminares sobre os potenciais impactos do novo sistema tributário nas operações da Companhia. Considerando que parte relevante da regulamentação complementar e dos aspectos operacionais do novo modelo ainda está em processo de definição, as avaliações relacionadas aos possíveis efeitos sobre os resultados e a posição financeira da Companhia seguem em desenvolvimento e serão atualizadas à medida que novas normas e orientações sejam emitidas pelas autoridades competentes.

## **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais**

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração exerce julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são continuamente avaliadas com base em histórico, expectativas futuras e outros fatores considerados razoáveis nas circunstâncias, e suas revisões são reconhecidas prospectivamente.

Os principais julgamentos e estimativas que possuem impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia referem-se, principalmente:

- (i) à mensuração das receitas não faturadas;
- (ii) à mensuração das perdas esperadas de crédito relacionadas às contas a receber e ativos de contrato;
- (iii) ao reconhecimento e à realização do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas;
- (iv) ao reconhecimento de gastos capitalizáveis e despesas operacionais considerando a natureza e o potencial de geração de benefícios futuros;
- (v) à avaliação da recuperabilidade do ativo intangível decorrente do contrato de concessão; e
- (vi) à provisões para perdas com causas judiciais.

As estimativas utilizadas refletem as melhores informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras e são consistentes com a natureza e o estágio de desenvolvimento da concessão. A Administração entende que as premissas adotadas são razoáveis e consistentes com a realidade operacional e financeira da Companhia.

Adicionalmente, durante o exercício de 2025, a Administração revisou parâmetros e premissas utilizados na mensuração das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e nos critérios relacionados à avaliação da expectativa de realização das receitas reconhecidas. Essa revisão decorre do aprimoramento contínuo dos modelos de estimativa adotados pela Companhia, com base na evolução do histórico de inadimplência, no comportamento recente da base de clientes e na maturidade operacional das concessões.

A revisão realizada resultou em atualização das estimativas utilizadas na mensuração desses saldos, sendo seus efeitos reconhecidos de forma prospectiva nas demonstrações financeiras do exercício corrente.

## **3. Receita operacional líquida**

### **3.1. Política contábil**

A Companhia apresenta suas receitas líquidas dos impostos, abatimentos e cancelamentos e reconhece quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho.

## Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

A mensuração da receita reflete o valor que a Companhia espera receber em contraprestação pelos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, serviços acessórios e atividades de construção associadas ao contrato de concessão.

A Administração adota critérios objetivos para avaliar a expectativa de realização financeira das receitas reconhecidas, considerando o histórico de pagamentos, o comportamento recente de adimplência e outros fatores relevantes. Quando não há expectativa razoável de recebimento, a receita previamente reconhecida é estornada.

#### a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. O reajuste das tarifas cobradas em virtude da prestação dos serviços é realizado anualmente, conforme fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão e depende de homologação da Agência Reguladora.

#### b) Contratos de concessão de serviços e construção

A Companhia estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado considerando margem zero. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como um ativo de contrato e subsequentemente como um ativo intangível à medida em que a Companhia recebe o direito de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

#### c) Receita de serviços de operação

A receita de serviços de operação corresponde aos serviços prestados de manutenção, serviços auxiliares como instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

### 3.2. Composição

	2025	2024
Água	332.794	312.546
Esgoto	189.248	166.299
Construção	215.521	158.849
Serviços	35.699	29.409
Ajuste a valor presente	-	(74)
Abatimentos e cancelamentos	(69.698)	(64.421)
<b>Total da receita operacional</b>	<b>703.564</b>	<b>602.608</b>
Impostos sobre serviços	(45.322)	(41.984)
<b>Total da receita operacional líquida</b>	<b>658.242</b>	<b>560.624</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

#### 4. Custos e despesas

Natureza dos custos e despesas	2025	2024
Custo de construção	(215.521)	(158.849)
Depreciação e amortização	(77.977)	(76.008)
Serviços de terceiros	(62.834)	(46.049)
Despesas com pessoal	(63.990)	(63.333)
Outorga e taxas de fiscalização	(29.293)	(27.774)
Energia elétrica	(33.769)	(31.876)
Materiais	(14.431)	(14.349)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(5.687)	(6.021)
Outros custos e despesas	(14.253)	(16.828)
<b>Total</b>	<b>(517.755)</b>	<b>(441.087)</b>
Custo dos serviços prestados	(443.707)	(367.990)
Despesas administrativas e gerais	(74.048)	(73.097)

#### 5. Resultado financeiro

##### 5.1. Política contábil

Compreendem principalmente os valores de juros sobre aplicações financeiras e contas a receber de clientes e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidos no resultado pelo método dos juros efetivos.

##### 5.2. Composição

	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros sobre contas a receber de cliente	9.151	9.662
Juros de aplicações financeiras, outros investimentos e depósitos vinculados	9.486	9.347
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	410	384
Descontos obtidos	153	152
Outras receitas financeiras	1.935	2.796
<b>Total</b>	<b>21.135</b>	<b>22.341</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre financiamentos	(38.904)	(38.673)
Juros sobre debêntures com partes relacionadas - Nota 18	(82.720)	(87.643)
Juros sobre arrendamento	(287)	(212)
Outras despesas financeiras	(5.319)	(4.315)
<b>Total</b>	<b>(127.230)</b>	<b>(130.843)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(106.095)</b>	<b>(108.502)</b>

## **6. Imposto de renda e contribuição social**

### **6.1. Política contábil**

#### **a) Imposto de renda e contribuição social correntes**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre as bases contábeis e fiscais de ativos e passivos, e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, quando aplicável.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização, e são revisados a cada data-base, sendo reduzidos quando essa realização deixa de ser provável.

Os tributos diferidos são mensurados pelas alíquotas vigentes (ou substancialmente vigentes) na data-base e apresentados de forma líquida quando há direito legalmente executável de compensação e quando relacionados a tributos lançados pela mesma autoridade tributária.

#### **c) Subvenções governamentais**

A Companhia possui redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração das atividades do setor de infraestrutura, em virtude da implantação de suas instalações na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

## 6.2. Composição

Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Imposto de renda e contribuição social	Ativo		Passivo		Resultado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	82.629	86.227	-	-	(3.598)	(2.640)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e receita não reconhecida	18.932	21.849	-	-	(2.917)	2.375
Provisão para perda com causas judiciais	1.286	1.045	-	-	241	30
Outras provisões	1.612	1.395	-	-	217	(476)
Arrendamento	29	17	-	-	12	(21)
Custo de transação de empréstimos	-	-	680	770	90	95
Juros e custo de transação capitalizados	-	-	43.092	44.822	1.730	1.729
Intangível líquido – contratos de concessão	-	-	1.367	1.419	52	54
Receita órgão público	-	-	1.510	542	(968)	(316)
Direitos a faturar	-	-	5.190	4.903	(287)	(258)
	104.488	110.533	51.839	52.456	(5.428)	572
Compensação (b)	(51.839)	(52.456)	(51.839)	(52.456)	-	-
<b>Total líquido</b>	<b>52.649</b>	<b>58.077</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.428)</b>	<b>572</b>

(a) Com base na estimativa dos resultados futuros indicados no plano anual de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social acumulados até o limite dos lucros tributáveis futuros disponíveis para compensação de tais perdas. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição, com expectativa de realização antes do término do prazo de concessão.

(b) Saldos de ativos e passivos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação ativa, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

## 6.3. Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

Reconciliação da taxa efetiva	2025	2024
Resultado do exercício antes dos impostos	38.425	11.160
Alíquota nominal	34%	34%
<b>Despesa crédito com imposto a alíquota nominal</b>	<b>(13.065)</b>	<b>(3.794)</b>
<b>Ajuste do imposto de renda e contribuição social</b>		
Despesas não dedutíveis	(844)	(2.172)
Subvenção governamental	4.426	3.106
Incentivos fiscais Lei 11.196/05	-	223
Outros	456	330
<b>Total de despesas com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(9.027)</b>	<b>(2.307)</b>
<b>Imposto corrente</b>	<b>(3.599)</b>	<b>(2.879)</b>
<b>Imposto diferido</b>	<b>(5.428)</b>	<b>572</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>23%</b>	<b>21%</b>

## 6.4. Expectativa de realização

Os impostos diferidos ativos foram constituídos, exclusivamente, com base em prejuízos fiscais de imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social. A estimativa é de realização integral do ativo fiscal diferido antes do fim do contrato de concessão.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

A estimativa utilizada para realização do saldo foi feita com base no plano de negócios 2026-2030, que demonstra que a Companhia, devido a melhoria da performance operacional, crescimento da base de economias em função do aumento de cobertura, iniciativas comerciais, redução dos níveis de perdas e obtenção dos pleitos regulatórios, gerará lucros tributáveis até o final das concessões superiores ao montante total de créditos fiscais.

## 7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

### 7.1. Política contábil

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

#### b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são compostas por fundo de investimento exclusivo e não exclusivo, com títulos lastreados em títulos privados e públicos, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Os fundos em que a Companhia possui aplicações, apresentam em sua regulamentação, a possibilidade de risco de liquidez, alteração de valores (aumento ou redução de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado), dentre outros fatores de riscos. Deste modo, os mesmos não atendem os critérios de reconhecimento de caixa e equivalentes de caixa.

### 7.2. Composição

	Rentabilidade média	Taxa média de remuneração	2025	2024
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>				
Saldos bancários			2.872	3.177
Operações compromissadas	92,99% do CDI	13,31%	52.131	4.908
<b>Total caixa e equivalentes de caixa</b>			<b>55.003</b>	<b>8.085</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

## 8. Depósitos bancários vinculados

Depósitos bancários vinculados, em 31 de dezembro de 2025, referem-se a montantes retidos na Companhia relativos a (I) constituição de conta pagamento no montante equivalente a 1/6 do valor do serviço da dívida debêntures; (II) constituição de conta pagamento BNDES no montante equivalente a 1/12 do valor da parcela vincenda do subcrédito B; (III) constituição de conta pagamento BNDES no montante equivalente a 1 (uma) parcela do valor do serviço da dívida do subcrédito A e (IV) constituição complementar a conta reserva BNDES para performar o montante equivalente a 3 (três) parcelas do valor do serviço da dívida do subcrédito A.

	Rentabilidade média	Taxa média de remuneração	2025	2024
Fundos de investimento	99,19% do CDI	14,19%	59.009	104.666
Circulante			59.009	55.960
Não circulante			-	48.706
<b>Total</b>			<b>59.009</b>	<b>104.666</b>

## 9. Contas a receber e outros recebíveis

### 9.1. Política contábil

Correspondem aos valores reconhecidos pela prestação de serviços de abastecimento de água, tratamento de esgoto, construção e operação no curso normal das atividades da Companhia. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base no modelo de perdas esperadas, conforme o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, considerando a avaliação de créditos individualmente relevantes e a aplicação de percentuais de perda por faixa de vencimento (*aging*), ajustados com base em informações prospectivas.

### 9.2. Composição do contas a receber e outros recebíveis

As contas a receber e outros recebíveis referem-se, substancialmente, a valores a receber pela prestação de serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, bem como a outros créditos operacionais e financeiros, incluindo créditos com partes relacionadas.

	Nota	2025	2024
Contas a receber de saneamento		142.184	113.391
Direitos a faturar (a)		16.818	15.888
<b>Total contas a receber</b>		<b>159.002</b>	<b>129.279</b>
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa		(82.982)	(77.295)
		<b>76.020</b>	<b>51.984</b>
Operações mensais - partes relacionadas	18	281	81
Outros (b)		8.681	7.413
		<b>84.982</b>	<b>59.478</b>
Circulante		84.949	59.411
Não Circulante		33	67
<b>Total</b>		<b>84.982</b>	<b>59.478</b>

(a) São os serviços prestados e ainda não faturados, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

(b) Em 31 de dezembro de 2024 contempla:

- i. O montante de R\$4.722 (R\$3.235 em 31 de dezembro de 2024) referente a créditos de energia

### 9.3. Composição por vencimento do contas a receber

A composição por vencimento das contas a receber de saneamento e direitos a faturar é como segue:

	2025	2024
A vencer	66.997	49.945
Vencidos até 30 dias	12.948	9.607
Vencidos entre 31 e 60 dias	2.282	2.438
Vencidos entre 61 e 90 dias	1.411	1.387
Vencidos entre 91 e 120 dias	775	880
Vencidos entre 121 e 150 dias	507	664
Vencidos entre 151 e 180 dias	559	592
Vencidos acima de 180 dias	73.523	63.766
<b>Total</b>	<b>159.002</b>	<b>129.279</b>

### 9.4. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

O movimento nas perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício é como segue:

<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>71.274</b>
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa reconhecida	6.021
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>77.295</b>
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa reconhecida	5.687
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>82.982</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve baixas relevantes de créditos considerados irrecuperáveis.

## 10. Intangível e ativo de contrato

### 10.1. Política contábil

Os ativos intangíveis da Companhia compreendem, substancialmente, (i) direitos de concessão adquiridos de terceiros, (ii) ativos intangíveis reconhecidos em decorrência de contratos de concessão, nos termos da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, e (iii) valores pagos a título de outorga de concessão. Em adição, a Companhia reconhece ativos de contrato relacionados a obras em andamento vinculadas aos contratos de concessão.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

Os ativos intangíveis com vida útil definida são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida pelo método linear, a partir do momento em que o ativo esteja disponível para uso, e não excede o prazo final dos respectivos contratos de concessão.

Conforme a ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 e a OCPC 05, os dispêndios relacionados à construção, ampliação ou melhoria da infraestrutura concedida são reconhecidos como ativos quando representam serviços de construção com potencial de geração de benefícios econômicos futuros. Os gastos com manutenção e conservação são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. A Administração exerce julgamento na distinção entre gastos capitalizáveis e despesas operacionais, com base na política contábil do Grupo e nos critérios estabelecidos pelas normas aplicáveis, avaliando, entre outros aspectos, se os dispêndios resultam em aumento de capacidade, melhoria de desempenho ou extensão da vida útil da infraestrutura concedida. Gastos que representam manutenção ou conservação da infraestrutura são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis são capitalizados até que o ativo esteja substancialmente pronto para uso, nos termos do CPC 20 (R1). Os encargos financeiros associados a captações destinadas ao pagamento de outorga não são capitalizados, por não atenderem à definição de ativo qualificável.

Adicionalmente, a Companhia reconhece como ativos intangíveis determinados gastos com softwares, sistemas e projetos de desenvolvimento que não se enquadram no escopo da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, por não representarem investimentos em infraestrutura física concedida. Esses ativos são reconhecidos e mensurados de acordo com o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, quando atendidos os critérios de identificação, controle e geração de benefícios econômicos futuros, sendo amortizados ao longo de suas respectivas vidas úteis estimadas.

## 10.2. Composição

### a) Valor contábil

	Intangível ICPC 01 (R1) (i)	Ativo de contrato (obras em andamento)	Outorga concessão (ii)	Software	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>1.206.191</b>	<b>44.794</b>	<b>92.050</b>	<b>464</b>	<b>1.343.499</b>
Adições	-	158.849	-	189	159.038
Transferências	166.576	(166.576)	-	-	-
Amortização	(68.197)	-	(4.890)	(175)	(73.262)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.304.570</b>	<b>37.067</b>	<b>87.160</b>	<b>478</b>	<b>1.429.275</b>
Adições	-	215.521	-	103	215.624
Transferências	65.927	(65.927)	-	-	-
Amortização	(69.927)	-	(4.891)	(163)	(74.981)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.300.570</b>	<b>186.661</b>	<b>82.269</b>	<b>418</b>	<b>1.569.918</b>

(i) Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12

## Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Taxa média de amortização % a.a. (a)	2024		2025	
		Custo total	Adições	Transferências	Custo total
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4,38	31.600	-	-	31.600
Desenvolvimento de Projetos	3,90	54.164	-	-	54.164
Máquinas, aparelhos e equipamentos	12,54	213.945	-	5.466	219.411
Rede de Água	6,06	665.352	-	24.748	690.100
Rede de Esgoto	4,09	606.782	-	35.713	642.495
Juros capitalizados	3,70	142.002	-	-	142.002
Outros	-	883	-	-	883
<b>Total</b>		<b>1.714.728</b>	<b>-</b>	<b>65.927</b>	<b>1.780.655</b>
Amortização		(410.158)	(69.927)	-	(480.085)
<b>Total</b>		<b>1.304.570</b>	<b>(69.927)</b>	<b>65.927</b>	<b>1.300.570</b>

	Taxa média de amortização % a.a. (a)	2023		2024	
		Custo total	Adições	Transferências	Custo total
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4,39	31.335	-	265	31.600
Desenvolvimento de Projetos	3,90	54.164	-	-	54.164
Máquinas, aparelhos e equipamentos	12,46	207.619	-	6.326	213.945
Rede de Água	6,05	583.680	-	81.672	665.352
Rede de Esgoto	4,09	528.469	-	78.313	606.782
Juros capitalizados	3,70	142.002	-	-	142.002
Outros	-	883	-	-	883
<b>Total</b>		<b>1.548.152</b>	<b>-</b>	<b>166.576</b>	<b>1.714.728</b>
Amortização		(341.961)	(68.197)	-	(410.158)
<b>Total</b>		<b>1.206.191</b>	<b>(68.197)</b>	<b>166.576</b>	<b>1.304.570</b>

(a) Os prazos de amortização não excedem o prazo da concessão.

#### (ii) Outorga de concessão

Taxa média de amortização % a.a. (a)	2025	2024
Outorga fixa	146.255	146.255
Amortização	(63.986)	(59.095)
<b>Total</b>	<b>82.269</b>	<b>87.160</b>

(a) Refere-se a outorga fixa paga em decorrência de contrato de concessão, que está sendo amortizada linearmente pelo prazo de concessão.

#### b) Amortização

Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

---

c) Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia a recuperabilidade do valor contábil de seus ativos intangíveis decorrente do contrato de concessão, sempre que existam indícios de perda ou, no mínimo, ao final de cada exercício social. Para fins dessa avaliação, a Administração considera como unidade geradora de caixa (UGC) o direito de concessão, uma vez que os fluxos de caixa gerados são essencialmente interdependentes e não podem ser identificados de forma individualizada para ativos específicos.

O valor recuperável da UGC é determinado com base no maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso. Considerando a inexistência de mercado ativo para a alienação do direito de concessão, a Administração adotou o conceito de valor em uso, calculado por meio de modelo de fluxo de caixa descontado, consistente com as melhores práticas de avaliação econômica aplicáveis a concessões de infraestrutura.

Os fluxos de caixa projetados foram elaborados com base no Plano de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração, abrangendo o período de 2026 até o término da concessão, e refletem as premissas operacionais, econômicas e regulatórias consideradas razoáveis e fundamentadas pela Administração, incluindo projeções de crescimento da base de clientes, evolução da cobertura de serviços, eficiência operacional, níveis de investimento e reajustes tarifários previstos contratualmente. As projeções foram elaboradas em termos nominais

Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados por uma taxa que reflete a avaliação atual de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos associados à unidade geradora de caixa. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa de desconto nominal utilizada foi de 13,66% (10,71% em 31 de dezembro de 2024), calculada com base na metodologia de custo médio ponderado de capital (WACC), considerando parâmetros de mercado aplicáveis a concessões comparáveis.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou o teste de recuperabilidade do ativo intangível decorrente do contrato de concessão. Como resultado dessa avaliação, o valor recuperável da unidade geradora de caixa excedeu seu valor contábil, não sendo necessária a constituição de perda por redução ao valor recuperável (impairment).

## 11. Fornecedores e outras contas pagar

	Nota	2025	2024
Fornecedores diversos		90.681	51.100
Operações mensais - partes relacionadas	18	25.822	25.044
Circulante		82.146	58.606
Não circulante		34.357	17.538
<b>Total</b>		<b>116.503</b>	<b>76.144</b>

### Fornecedores – Risco sacado

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta em linha separada no balanço patrimonial o montante de R\$4.339 (R\$2.884 em 31 de dezembro de 2024) referente a fornecedores risco sacado, nesta operação não há alteração de prazos e condições de pagamento.

# Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

## 12. Empréstimos e financiamentos

### 12.1. Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

### 12.2. Composição

Linha de Crédito	Nota	Indexador	Juros médios		Vencimento	2025	2024
			a.a. (%)	(a)			
Financiamento BNDES – partes relacionadas	18	IPCA	13,24		2031	87.571	97.867
Financiamento BNDES – partes relacionadas	18	TJLP	12,46		2032	214.800	231.059
						<b>302.371</b>	<b>328.926</b>
(-) Custo de transação						(649)	(830)
Circulante						40.107	37.000
Não circulante						261.615	291.096
<b>Total</b>						<b>301.722</b>	<b>328.096</b>

(a) Os juros médios incorporam os juros fixos e a estimativa do indexador de referência na data do fechamento.

### 12.3. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de empréstimos e financiamentos

<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>354.319</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>	
Amortização de principal	(33.329)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>(33.329)</b>
<b>Outras variações</b>	
Provisão de juros	38.673
Pagamento de juros	(31.567)
<b>Total de outras variações</b>	<b>7.106</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>328.096</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>	
Amortização de principal	(36.171)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>(36.171)</b>
<b>Outras variações</b>	
Provisão de juros	38.904
Pagamento de juros	(29.107)
<b>Total de outras variações</b>	<b>9.797</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>301.722</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

## 12.4. Garantias

As garantias do financiamento concedido pelo BNDES é o penhor de ações de emissão da Companhia, cessão fiduciária dos direitos provenientes do contrato de concessão, compartilhadas com a emissão de debêntures e constituição de conta reserva ou fiança bancária, em valor não inferior a três prestações mensais vincendas de amortização de principal e juros e fiança corporativa da controladora Iguá Saneamento S.A..

Até 31 de dezembro de 2025, em substituição da conta reserva, a Companhia apresentou uma carta de fiança bancária emitida pelo Banco Bradesco S.A., no valor de R\$ 10.266, acrescida dos juros, das comissões, da pena convencional e dos demais encargos pactuados no contrato, com vigência até 13/06/2026 e complementou a garantia com depósito na conta reserva no valor de R\$ 333.

## 12.5. Cumprimento de cláusulas contratual restritivas (covenants)

Os índices financeiros são verificados com base nas datas estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e os respectivos agentes, nesse caso, todo encerramento de exercício. A Administração acompanha os cálculos deste índice periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava adimplente com as cláusulas restritivas, estando em conformidade com todos os índices financeiros previstos nos contratos de financiamento.

Os índices financeiros devem ser observados, conforme abaixo:

Índices financeiros
Índice de cobertura do serviço da dívida (EBITDA (-) Receitas de construção (+) Custos de construção / Serviço da Dívida) maior ou igual a 1,3.

## 13. Debêntures

### 13.1. Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

### 13.2. Composição

Linha de crédito	Nota	Indexador	Juros médios		2025	2024
			a.a. (%) (a)	Vencimento		
Debêntures 2ª Emissão - Iguá Saneamento S.A.	18	IPCA	10,36	2034	777.952	796.042
(-) Custo de transação					(35.105)	(39.235)
<b>Total</b>					<b>742.847</b>	<b>756.807</b>
Circulante					73.199	67.060
Não circulante					669.648	689.747
<b>Total</b>					<b>742.847</b>	<b>756.807</b>

(a) Os juros médios incorporam os juros fixos e a estimativa do indexador de referência na data do fechamento.

## Águas Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

#### 13.3. Garantias

As garantias das debêntures emitida pela Companhia, consistem na cessão fiduciária dos direitos provenientes do contrato de concessão, compartilhada com o contrato de empréstimo do BNDES e constituição de conta reserva ou fiança bancária, em valor não inferior a uma parcela da próxima parcela vincenda da remuneração e do pagamento do valor nominal das debêntures.

Até 31 de dezembro de 2025, em substituição da conta reserva, a Companhia apresentou uma carta de fiança bancária emitida pelo Banco do Brasil S.A., no valor de R\$ 52.500, com vigência até 20/03/2027.

#### 13.4. Cumprimento de cláusulas contratual restritivas (covenants)

Os índices financeiros são verificados com base nas datas estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e os respectivos agentes, nesse caso, todo encerramento de exercício. A Administração acompanha os cálculos deste índice periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava adimplente com as cláusulas restritivas, estando em conformidade com todos os índices financeiros previstos nas debêntures.

Os índices financeiros devem ser observados, conforme abaixo:

##### Índices financeiros

Índice de cobertura do serviço da dívida (Ebitda Ajustado + Aportes de Equity e AFACs - Distribuições de Capital) / Serviço da Dívida maior ou igual a 1,30.

Dívida Líquida/Ebitda Ajustado <= 4,5x em 2025, reduzindo gradualmente até alcançar 3,50x 2027 até 2032 (inclusive).

#### 13.5. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de debêntures

<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>746.984</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>	
Amortização de principal	(31.899)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>(31.899)</b>
<b>Outras variações</b>	
Provisão de juros	87.643
Pagamento de juros	(45.921)
<b>Total de outras variações</b>	<b>41.722</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>756.807</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>	
Amortização de principal	(50.286)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>(50.286)</b>
<b>Outras variações</b>	
Provisão de juros	82.720
Pagamento de juros	(46.394)
<b>Total de outras variações</b>	<b>36.326</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>742.847</b>

## **14. Provisão para perdas com causas judiciais**

### **14.1. Política contábil**

As provisões para perdas com causas judiciais são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a saída de recursos para a liquidação da obrigação e sendo possível a estimativa confiável do valor envolvido, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As contingências classificadas como de risco possível não são reconhecidas contabilmente e são divulgadas nesta nota explicativa. As contingências avaliadas como de risco remoto não são reconhecidas nem divulgadas.

A avaliação da probabilidade de perda e a mensuração dos valores envolvidos consideram a natureza das demandas, a jurisprudência aplicável, a experiência histórica da Companhia em casos semelhantes e a opinião de assessores jurídicos internos e externos. As provisões são revisadas periodicamente e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, decisões judiciais ou administrativas relevantes e novas informações disponíveis.

### **14.2. Natureza das Provisões e dos Passivos Contingentes**

#### **a) Cível:**

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros, pleiteando indenizações por danos morais e materiais, questionamento dos valores faturados e questionamentos sobre a metodologia de cobrança de tarifas, além de ações regulatórias que referem-se a processos administrativos, decorrentes de notificações do Poder Concedente e da agência reguladora de saneamento, associados ao acompanhamento e à fiscalização da operação, bem como processos judiciais e arbitral relacionados a demandas regulatórias. Envolvem, entre outros temas, discussões sobre a aplicação de penalidades contratuais, realização de investimentos, equilíbrio econômico-financeiro do contrato, divergências na interpretação de cláusulas contratuais e de normativos regulatórios.

#### **b) Trabalhista:**

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas por ex-empregados da Companhia, ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas, danos morais, horas-extras e sobreaviso, escala de revezamento, adicionais de insalubridade, periculosidade e desvio de função.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais**

c) Tributária

As ações tributárias judiciais da operação estão relacionadas, sobretudo, a Mandados de Segurança, que visam afastar a incidência dos tributos. Tais processos versam, principalmente, sobre os seguintes temas: i) Tema 1.079-STJ - Limite contribuição terceiros sobre 20 salários-mínimos; ii) Não incidência de ISS sobre serviços de saneamento básico; iii) Tema 1.067-STF - Inclusão de PIS/COFINS em suas próprias bases de cálculo; iv) discussões jurídicas acerca da cobrança de ICMS nas tarifas de TUSD e TUST de energia elétrica; v) Tema 118-STF - Inclusão de ISS na base de cálculo de PIS/COFINS; e vi) Tema 1.174 – Não incidência de descontos.

**14.3. Movimentação das provisões**

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
<b>Saldo em 1º janeiro de 2025</b>	<b>1.976</b>	<b>781</b>	<b>318</b>	<b>3.075</b>
Adições	1.483	157	-	1.640
Reversões	(66)	(186)	-	(252)
Pagamentos	(514)	(166)	-	(680)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.879</b>	<b>586</b>	<b>318</b>	<b>3.783</b>

**14.4. Passivos contingentes**

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras referem-se a processos classificados como de risco possível, avaliados com o apoio de assessores jurídicos externos, e estão distribuídas conforme a natureza a seguir:

Natureza	2025	2024
Cíveis	247.851	220.335
Trabalhista	1.838	1.485
Tributárias	8.541	2.402
Ambientais	4.569	10.700
<b>Total</b>	<b>262.799</b>	<b>234.922</b>

Os principais processos relevantes avaliados como sendo de risco possível são como segue:

Processo de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Estadual (MP) acerca do critério adotado no faturamento dos serviços de esgotamento sanitário pela Companhia. O MP sustenta que a base de cálculo para o serviço de esgoto deveria ser equivalente a 80% do volume de água consumida por cada usuário, como previsto em Regulamento antecedente à concessão. A Companhia entende que a base de cálculo em questão deve ser equivalente a 100% do volume de água consumida por cada usuário, como previsto no edital licitatório da concessão e na proposta comercial. Além da alteração do critério de faturamento, o MP pleiteia a devolução em dobro dos valores supostamente cobrados em excesso. A Companhia, juntamente com seus assessores jurídicos, avalia o prognóstico de perda como possível. Em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado incluindo sua respectiva atualização monetária, a ser devolvido aos usuários em hipótese de insucesso da tese da Companhia é no montante de R\$207.891 (R\$174.563 em 31 de dezembro de 2024).

## **15. Patrimônio líquido**

### a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$657.618 (R\$597.118 em 31 de dezembro de 2024), representado por 657.618 ações ordinárias (R\$597.118 em 31 de dezembro de 2024), nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Iguá Saneamento S.A.	94,69%	94,15%
PCT Participações Ltda.	5,31%	5,85%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram recebidos R\$142.321 a título de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC. Foram integralizados ao capital social da Companhia o montante de R\$60.500, realizado pela controladora Iguá Saneamento S.A., sendo emitidas 60.500 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante renúncia da acionista PCT Participações Ltda. quanto ao exercício de preferência na subscrição das mencionadas ações. Conseqüentemente, as participações societárias foram diluídas.

### b) Reservas de lucros

#### Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a compensação de prejuízos acumulados.

#### Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui uma redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração das atividades do setor de infraestrutura, em virtude da implantação de suas instalações na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, pelo prazo de 10 anos a contar do ano de 2019.

Em contrapartida, a Companhia não poderá distribuir aos acionistas, o valor do imposto que deixar de ser pago. O montante dos incentivos é reconhecido no resultado, pelo regime de competência, e mantido em reserva de incentivos fiscais que somente poderão ser utilizadas para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

#### Reserva de retenção de lucro

É destinada, quando aplicável, para os investimentos previstos no orçamento de capital para construção/melhoria do sistema de saneamento básico de água e esgotos sanitários, podendo também ser distribuída como dividendos aos acionistas.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, conseqüentemente, a Companhia segue o que determina o art. 202 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia possui algumas obrigações especiais a cumprir integrantes do contrato de financiamento firmado com o BNDES e, dentre estas obrigações, poderá distribuir quaisquer recursos aos acionistas sob a forma de dividendos acima do limite mínimo legal ou juros sobre o capital próprio desde que sejam atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- Manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida estipulado; e
- Adimplemento no cumprimento de todas as obrigações assumidas.

d) Proposta de destinação do resultado do exercício

	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>29.398</b>	<b>8.853</b>
(-) Absorção de prejuízos acumulados	(29.398)	(8.853)
<b>Saldo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 16. Gerenciamento de capital

A Companhia gerencia seu capital com o objetivo de assegurar a continuidade operacional, suportar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas, viabilizar a execução dos planos de investimento de longo prazo e manter acesso sustentável a fontes de financiamento compatíveis com o perfil de maturação de seus ativos. O gerenciamento de capital considera, de forma integrada, o patrimônio líquido, o nível e o perfil de endividamento, a geração operacional de caixa e o cronograma de investimentos obrigatórios.

Como métrica de acompanhamento interno, a Administração monitora o índice de alavancagem, definido como a relação entre a dívida líquida e o patrimônio líquido atribuível aos controladores. A dívida líquida, para esse fim, corresponde ao total de passivos, deduzido do caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e depósitos bancários vinculados.

A posição de dívida líquida e o respectivo índice de alavancagem ao final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Total do passivo	1.190.164	1.191.873
Total caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e depósitos bancários vinculados	(114.012)	(112.751)
(=) Dívida líquida (A)	1.076.152	1.079.122
Total do patrimônio líquido (B)	668.582	496.863
<b>Índice de alavancagem (A/B)</b>	<b>1,61</b>	<b>2,17</b>

## **17. Instrumentos financeiros**

### **17.1. Categoria dos instrumentos financeiros**

#### **a) Ativos financeiros**

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

São mensurados ao custo amortizado os instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros.

Os instrumentos financeiros que têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

#### **b) Passivos financeiros**

A Companhia classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado. As variações desses passivos, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”.

A divulgação das mensurações do valor justo dos ativos avaliados ao valor justo por meio do resultado segue a seguinte hierarquia de mensuração:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

A seguir, são apresentados os instrumentos financeiros por categoria. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2 da hierarquia do valor justo, e não houve transferências entre níveis em 31 de dezembro de 2025.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

	Nota	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	4.908	55.003	3.177	-	-
Depósitos bancários vinculados	8	59.009	104.666	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	9	-	-	84.982	59.478	-	-
<b>Ativos financeiros</b>		<b>59.009</b>	<b>109.574</b>	<b>139.985</b>	<b>62.655</b>	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	11	-	-	-	-	120.842	79.028
Empréstimos e financiamentos (a)	12	-	-	-	-	302.371	328.926
Debêntures (a)	13	-	-	-	-	777.952	796.042
Passivo de arrendamento		-	-	-	-	3.572	3.256
<b>Passivos financeiros</b>		-	-	-	-	<b>1.204.737</b>	<b>1.207.252</b>

(a) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

## 17.2. Fatores de riscos financeiros

A Companhia possui exposição a riscos de crédito, liquidez, preço e de mercado, resultantes de instrumentos financeiros.

### Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

*i) Risco de crédito*

O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas financeiras em decorrência do não cumprimento, por parte de clientes ou contrapartes, de suas obrigações contratuais. A exposição ao risco de crédito está concentrada, principalmente, nas contas a receber de clientes e nos saldos de caixa e aplicações financeiras. A diversificação da base de clientes e o histórico de recebimento mitigam esse risco, enquanto os saldos de caixa e aplicações financeiras são mantidos junto a instituições financeiras consideradas de primeira linha. A exposição máxima ao risco de crédito corresponde aos valores contábeis dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial, como segue abaixo:

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	55.003	8.085
Depósitos bancários vinculados	8	59.009	104.666
Contas a receber e outros recebíveis	9	84.982	59.478
Circulante		198.961	123.456
Não circulante		33	48.773
<b>Total</b>		<b>198.994</b>	<b>172.229</b>

*ii) Risco de liquidez*

O risco de liquidez representa a possibilidade de a Companhia não dispor de recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos à medida que se tornam devidos. A gestão desse risco considera o perfil de vencimento dos passivos financeiros, a estrutura de capital do projeto e a previsibilidade dos fluxos de caixa ao longo da concessão.

A Administração mantém acompanhamento contínuo das necessidades de caixa e, quando necessário, avalia alternativas de captação de recursos, incluindo financiamentos e aportes de capital, de forma a assegurar liquidez adequada para a condução normal das operações.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2025	2024
Fornecedores e outras contas a pagar	11	120.842	79.028
Empréstimos e financiamentos (a)	12	302.371	328.926
Debêntures (a)	13	777.952	796.042
Passivo de arrendamento		3.572	3.256
Circulante		206.597	172.151
Não circulante		998.140	1.035.101
<b>Total</b>		<b>1.204.737</b>	<b>1.207.252</b>

(a) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

*iii) Risco de preço*

As tarifas são atualizadas por uma fórmula paramétrica que busca limitar eventual desequilíbrio entre matriz de custo e faturamento. Existe risco de determinação de reajuste de forma arbitrária, diferente do previsto no contrato de concessão, que pode gerar desequilíbrios financeiros no curto prazo, mas, no longo prazo, esses eventos tendem a ser equacionados através de mediação, regulação ou processo judicial para reestabelecer condição econômico-financeira do contrato.

*iv) Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado impactem os resultados da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. Esse risco decorre, principalmente, de variações em taxas, preços e custos relevantes para as operações. No contexto de contratos de concessão, o risco de mercado inclui, ainda, o risco de elevação dos custos de obras e serviços, que pode afetar negativamente as margens do negócio ao longo do período contratual. O objetivo da gestão de risco de mercado é identificar, avaliar, gerenciar e controlar as exposições a riscos dentro de parâmetros considerados aceitáveis, buscando, ao mesmo tempo, a otimização do retorno.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. Este risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, debêntures e outros passivos financeiros. As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, IPCA, SELIC e TJLP.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, outros investimentos, depósitos bancários vinculados, contas a receber, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

*Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – apreciação e depreciação das taxas*

Instrumentos	Exposição em 2025	Cenários									
		Provável		Apreciação das taxas				Depreciação das taxas			
		%	Valor	Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
		%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
<i>Indexados ao CDI</i>											
<b>Ativos financeiros</b>											
Aplicações financeiras	52.131	12,85	6.699	16,06	8.372	19,28	10.051	9,64	5.025	6,42	3.347
Depósitos bancários vinculados	59.009	13,71	8.090	17,14	10.114	20,57	12.138	10,28	6.066	6,85	4.042
<b>Total</b>	<b>111.140</b>		<b>14.789</b>		<b>18.486</b>		<b>22.189</b>		<b>11.091</b>		<b>7.389</b>
<b>Impacto no resultado e no patrimônio líquido</b>					<b>3.697</b>		<b>7.400</b>		<b>(3.698)</b>		<b>(7.400)</b>
<i>Indexados à Selic</i>											
<b>Ativos financeiros</b>											
Outros investimentos	4	13,82	1	17,28	1,00	20,73	1	10,36	-	6,91	-
<b>Total</b>	<b>4</b>		<b>1</b>		<b>1</b>		<b>1</b>		<b>-</b>		<b>-</b>
<b>Impacto no resultado e no patrimônio líquido</b>					<b>-</b>		<b>-</b>		<b>(1)</b>		<b>(1)</b>
<i>Indexados ao IPCA</i>											
<b>Passivos financeiros</b>											
BNDES - partes relacionadas	(87.571)	3,71	(3.249)	4,64	(4.063)	5,57	(4.878)	2,78	(2.434)	1,85	(1.620)
Debêntures - partes relacionadas	(777.952)	3,71	(28.862)	4,64	(36.097)	5,57	(43.332)	2,78	(21.627)	1,85	(14.392)
<b>Total</b>	<b>(865.523)</b>		<b>(32.111)</b>		<b>(40.160)</b>		<b>(48.210)</b>		<b>(24.061)</b>		<b>(16.012)</b>
<b>Impacto no resultado e no patrimônio líquido</b>					<b>(8.049)</b>		<b>(16.099)</b>		<b>8.050</b>		<b>16.099</b>
<i>Indexados a TJLP</i>											
<b>Passivos financeiros</b>											
BNDES - partes relacionadas	(214.800)	9,07	(19.482)	11,34	(24.358)	13,61	(29.234)	6,80	(14.606)	4,53	(9.730)
<b>Total</b>	<b>(214.800)</b>		<b>(19.482)</b>		<b>(24.358)</b>		<b>(29.234)</b>		<b>(14.606)</b>		<b>(9.730)</b>
<b>Impacto no resultado e no patrimônio líquido</b>					<b>(4.876)</b>		<b>(9.752)</b>		<b>4.876</b>		<b>9.752</b>
<b>Exposição líquida total dos ativos e passivos financeiros</b>	<b>(969.183)</b>		<b>(36.804)</b>		<b>(46.032)</b>		<b>(55.255)</b>		<b>(27.576)</b>		<b>(18.353)</b>
<b>Impacto no resultado e no patrimônio líquido</b>					<b>(9.228)</b>		<b>(18.451)</b>		<b>9.228</b>		<b>18.451</b>

Fontes: Foram consideradas as taxas projetadas de IPCA, SELIC e CDI para o período de doze meses e tomou como base as divulgações realizadas pela. TJLP – BNDES, na data de 31 de dezembro de 2025.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

## 18. Partes relacionadas

### 18.1. Política

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e seus acionistas e outras companhias ligadas do mesmo grupo econômico e seguem os termos e condições pactuados entre as partes, os quais são monitorados pelos órgãos de governança para assegurar equilíbrio econômico das transações.

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram os resultados, são demonstradas a seguir:

	Ativo		Passivo		Resultado		
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
<b>Em contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures</b>	(Nota 9)	(Nota 9)	(Nota 11 a 13)	(Nota 11 a 13)			
Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	-	-	25.511	24.008	(13.260)	(11.364)
Repasses de recursos e custos - CSC	(b)	281	81	311	593	(102)	(712)
Locação Equipamentos	(c)	-	-	-	443	(465)	(1.183)
BNDES - Banco de Desenvolvimento Econômico e Social	(d)	-	-	302.371	328.926	(38.904)	(38.673)
Debêntures	(e)	-	-	777.952	796.042	(82.720)	(87.643)
Circulante		214	14	119.414	115.877	-	-
Não circulante		67	67	986.731	1.034.135	-	-
<b>Total</b>		<b>281</b>	<b>81</b>	<b>1.106.145</b>	<b>1.150.012</b>	<b>(135.451)</b>	<b>(139.575)</b>

(a) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.

(b) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.

(c) Refere-se a locação de hidrômetros inteligentes da Companhia do grupo Fluxx.IA Medição Inteligente S.A.

(d) Saldo referente a financiamento da controlada, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que é acionista não controlador, contendo maiores detalhes na nota explicativa nº 12.

(e) Refere-se a emissão de debêntures privadas, não conversíveis em ações, emitidas em 31 de julho de 2020, no valor de R\$620.486. A Iguá Saneamento efetuou a compra de 100% das debêntures, com a primeira parcela dos juros vencendo em 15 de janeiro de 2021, amortizado em 28 parcelas e a primeira parcela do principal vencendo em 15 de janeiro de 2023, amortizado em 24 parcelas, com remuneração fixa de 6,10% acrescida de IPCA, com vencimento em 15 de julho de 2034.

### 19.2. Remuneração da Administração-chave

A Companhia obtém serviços de pessoal-chave da Administração diretamente de sua Controladora e não há valores incorridos pela Companhia por esses serviços.

## **19. Seguros**

A Companhia tem cobertura de seguros contra riscos operacionais para cobertura de eventuais sinistros em suas operações. A Administração revisa anualmente os limites de cobertura e promove adequações de acordo com as capacidades operacionais da Companhia.

## **20. Compromissos**

### **a) Decorrente do direito de outorga variável**

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a 5% da receita líquida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido o montante de R\$23.017 (R\$21.798 em 31 de dezembro de 2024) referente ao direito de outorga variável registrados na rubrica de custos dos serviços prestados.

### **b) Taxa de regulação e fiscalização**

Refere-se a taxa que deverá ser recolhida pelas atividades de regulação e fiscalização dos serviços concedidos, mensurada por meio da aplicação da alíquota de 1,5% da sua receita líquida do mês anterior.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido o montante de R\$6.356 (R\$6.023 em 31 de dezembro de 2024).

### **c) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão**

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

## **21. Transações não envolvendo caixa**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

a) As adições abaixo foram adquiridas com base em termos de pagamento diferido, cuja liquidação ainda está em aberto no final do exercício:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Aquisição de intangível a prazo	32.870	18.361

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

---

A Companhia também realizou pagamentos referente a aquisição de intangível a prazo adquirido em exercícios anteriores:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Pagamento referente aquisição de intangível a prazo	(16.866)	(26.744)

**Composição da Diretoria**

**Diretoria**

Leonardo Menna Barreto Laranja Gonçalves  
Lucas Alves de Oliveira

**Contador**

Fabício dos Santos Teixeira  
CRC/SP nº 1SP347408/O-9